



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA  
CONTROLADORIA GERAL

## Parecer Preliminar de Regularidade do Controle Interno

<b>Processo:</b> 50/2026	<b>Modalidade:</b> Dispensa de Licitação
<b>Objeto:</b> Aquisição de materiais, equipamentos e suprimentos, para o atendimento das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS do município de Augusto Corrêa/PA.	
<b>PROPONENTE</b>	
<b>Empresa:</b> P P F COM E SERV LTDA	
<b>CNPJ:</b> 07.606.575/0001-00	
<b>Valor:</b> R\$ 56.755,04 (cinquenta e seis mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos).	

1

### 1. Introdução

A Controladoria Geral do Município – CGM, por força do disposto no artigo 56 da Lei Orgânica do Município de Augusto Corrêa, constitui-se no órgão responsável pelo Sistema de Controle Interno, no âmbito do executivo municipal, devidamente regulamentado pela Lei 1.532 de 22 de março de 2005 e pela Lei 1.739 de 29 de dezembro de 2010, em atendimento ao disposto na Resolução Normativa nº 7.739/2005, editada pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA.

Enquanto órgão responsável pelo Sistema de Controle Interno é de sua competência dentre outras, examinar as fases de execução da despesa verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade. Sendo, portanto, sua atribuição, a fiscalização de todas as contas da administração municipal.

### 2. Análise do Processo

O presente parecer trata do processo administrativo de Dispensa de licitação nº 50/2026, que tem por objeto a aquisição de materiais, equipamentos e suprimentos, para o atendimento das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS do município de Augusto Corrêa/PA.

Por meio do presente processo de Dispensa, a Administração Pública Municipal busca a contratação da empresa P P F COM E SERV LTDA, CNPJ:



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

07.606.575/0001-00, para a aquisição de pescado, usando como fundamento legal, o disposto no inciso II do art. 75 da lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

De acordo com o Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, é dispensável a licitação para contratações que envolvam valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Como se observa no artigo transcrito abaixo:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

2

Cabe destacar ainda, que o Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, atualizou os valores estabelecidos na Lei nº 14.133/2021. De forma que, a partir de 1º de janeiro de 2026, o valor contido no inciso II do art. 75 foi atualizado para R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

Dessa maneira, a dispensa de licitação, com base no inciso II do art. 75, é possível para compras ou contratação de serviços inferiores à R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

O Aviso de Dispensa de Licitação foi publicado no sítio eletrônico oficial da Prefeitura em 05 de maio de 2026 e o prazo para recebimento das propostas foi até o dia 08 de maio de 2026. Durante o período foi recebida apenas uma proposta via e-mail. A referida proposta foi apresentada pela empresa P P F COM E SERV LTDA, CNPJ: 07.606.575/0001-00, no valor de R\$ 56.755,04 (cinquenta e seis mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos).

Diante do exposto, e após a análise do processo, pode-se concluir que os requisitos exigidos foram cumpridos e o processo foi corretamente justificado. Da mesma forma, a escolha da empresa P P F COM E SERV LTDA, CNPJ: 07.606.575/0001-00, foi justificada por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração considerando os valores da pesquisa de preços.

### **3. Recomendações**

Não há recomendações.

### **4. Conclusão**

Após a análise preliminar, por esta controladoria, do processo administrativo de Dispensa de Licitação nº 50/2026, que tem por objeto a



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA  
CONTROLADORIA GERAL

aquisição de materiais, equipamentos e suprimentos, para o atendimento das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS do município de Augusto Corrêa/PA, não foram encontradas quaisquer discrepâncias que venham a constituir irregularidades por parte da Administração Municipal, estando o processo licitatório revestido de todas as formalidades legais que a lei determina.

Diante do exposto, esta controladoria interna é de **PARECER FAVORÁVEL**, ao processo licitatório supracitado, considerando tudo o que foi exposto no item 2 e observando as recomendações contidas no item 3 deste parecer.

É o parecer que remeto a considerações superiores.

Augusto Corrêa-PA, 13 de maio de 2026.

Responsável pelo Controle Interno:

---

*Cássio Luís Santos Teixeira*

Controlador Geral  
Decreto nº 127/2023